

# O Futuro da Europa

N5

II Congresso sobre o Futuro da Europa

Os debates do Debate

Portugal e o Futuro da Europa

A Europa em análise

## Os debates do Debate

### ■ A voz dos cidadãos

Pedro Courela (coordenador do projecto)

Na linha de projectos anteriores do IEEI, o II Debate Nacional sobre o Futuro da Europa procurou actualizar a discussão em Portugal sobre temas europeus e assim criar uma dinâmica algo perdida nos últimos anos. De facto, o impasse criado pelo chumbo do Tratado Constitucional em França e na Holanda provocou uma certa apatia na opinião pública, mesmo naqueles sectores que habitualmente seguem com interesse este tipo de temáticas.

O nosso propósito inicial foi mudar este estado de coisas, partindo do princípio que a discussão urgente não é tanto a de saber quem é a favor ou contra a integração europeia, mas antes a de que Europa queremos, que prioridades devem os líderes colocar na sua agenda política e que respostas lhes devem dar.

Aproveitando o apoio da Comissão Europeia a projectos de informação e discussão sobre temáticas europeias, o II Debate Nacional (tal como o primeiro de 2002-2003) foi lançado numa lógica de auscultação da sociedade civil. Mais do que explicar o que é a Europa hoje, o projecto procurou dar voz aos anseios e preocupações dos cidadãos, numa altura em que a divisão entre questões domésticas e questões europeias se revela artificial.

O esforço foi feito por três vias paralelas: em primeiro lugar, estruturando a organização das iniciativas através de parcerias com instituições representativas de diferentes segmentos da sociedade, de universidades a associações de desenvolvimento local. Segundo, descentralizando o máximo possível e levando os debates a locais normalmente fora do 'circuito' deste tipo de iniciativas:

em pouco mais de meio ano, organizaram-se eventos em 14 cidades portuguesas, incluindo nas regiões autónomas. Terceiro, adaptando as iniciativas a diferentes tipos de público, tornando-se assim possível chegar a um maior número de participantes. A série de debates nas escolas secundárias é disso um bom exemplo.

Quer pelas discussões que tiveram lugar, quer pelo inquérito realizado junto do público ao longo do projecto, tornou-se evidente que a distância entre os cidadãos e as instâncias europeias deve-se mais aos termos em que o debate é formulado do que a um desinteresse pelas áreas em que as decisões são tomadas a nível da União Europeia. Questões mais concretas como as políticas agrícola e de pescas, o desenvolvimento rural, a mobilidade de estudantes e trabalhadores ou os aspectos económicos e financeiros são alvo das mais diversas opiniões pelos cidadãos portugueses. E mesmo aspectos mais 'políticos' como sejam o alargamento da União Europeia à Turquia ou a capacidade da União ser um actor decisivo nas grandes crises internacionais são motivo para acesas trocas de opinião. O que faltam são novos canais que permitam a essas percepções chegar junto de quem decide.

O Congresso dos dias 25 e 26 de Junho de 2007 será sem dúvida uma mostra da multiplicidade de vozes, por vezes convergentes, por vezes contraditórias, que em nove meses do projecto se fizeram ouvir nas iniciativas realizadas. Esperamos que a dinâmica de reflexão criada não se esgote com o fim do projecto e que as redes entretanto criadas ganhem vida própria. A Europa é parte do quotidiano dos portugueses. É preciso que estes a sintam como tal.

### ■ A Juventude e o Futuro da Europa

O II Debate Nacional permitiu ao IEEI interagir com alunos e professores de algumas Escolas Secundárias por todo o país. Ao todo foram dez os estabelecimentos de ensino secundário que receberam o Debate: a 29 de

Novembro, em Faro, a Escola Secundária João de Deus; a 6 de Dezembro, em Viana do Castelo, a Escola Secundária de Monserrate; a 18 de Janeiro, em Beja, a Escola Secundária Diogo de Gouveia; a 19 de Janeiro, em Santarém, a Escola Secundária Sá da Bandeira; a 23 de Janeiro, em Leiria, a Escola Secundária de Francisco Rodrigues Lobo; a 29 de Janeiro, em Viseu, a Escola Secundária Emídio Navarro; a 2 de Fevereiro, em Setúbal, a Escola Secundária D. Manuel Martins; a 8 de Fevereiro, em Ponta Delgada, a Escola Secundária Antero de Quental; a 15 de Fevereiro, em Oliveira de Azeméis (Aveiro), a Escola Secundária Soares de Basto; a 19 de Abril, em Vila Real, a Escola Secundária Morgado de Mateus.

Em média, os encontros tiveram uma audiência de 125 pessoas, entre alunos e professores. Estes números reflectem o sucesso das iniciativas, a par da qualidade da maior parte das intervenções – dos oradores, dos alunos e dos professores. Os temas variaram de escola para escola, acompanhando quase sempre a temática abordada nos Debates Regionais, realizados nos mesmos dias e nas mesmas cidades. A preocupação específica na determinação do tema de cada sessão foi tocar os interesses locais ou regionais, daí que ficasse sempre ao critério de cada escola a determinação do tema. O resultado foi uma variedade de matérias abordadas – desde a dimensão económica e social da União, passando pelo ambiente, a agricultura, o mar, as oportunidades e os desafios que os alargamentos oferecem, até ao lugar da Europa num mundo globalizado.

Umhas vezes mais abrangentes, outras mais específicas, as comunicações dos oradores foram bem sucedidas no esforço de lançar o debate. As questões adaptaram-se geralmente ao tema exposto, mas em todos os debates surgiram questões comuns. Ficam então alguns dos temas mais questionados e que deixam transparecer parte das preocupações dos jovens estudantes:

- a) os alargamentos em geral, e mais especificamente o caso da Turquia;
- b) o Processo de Bolonha;
- c) a emergência da China como uma nova potência internacional;
- d) a manutenção do Modelo Social Europeu.

Entre as questões colocadas destacam-se algumas representativas do nível de conhecimento e de interesse que os alunos revelaram. É em Ponta Delgada que surge uma perspectiva interessante quanto à questão turca: se a Europa assume desde os seus primórdios uma atitude de

diálogo intercultural, até que ponto não é hipócrita a posição etnocêntrica que alguns defendem nas negociações com a Turquia? Uma outra questão num plano mais económico surge em Leiria: é realmente possível uma conciliação entre o Modelo Social Europeu, a competitividade da Europa no plano mundial e os alargamentos? Por fim, em Setúbal foi colocada uma questão em jeito de opinião. Desde a adesão à UE que Portugal se tornou crescentemente dependente dos fundos de coesão, recebendo grandes quantias das quais tem beneficiado em larga medida; e o seu ocasional mau aproveitamento é apenas responsabilidade portuguesa. A questão que se coloca é portanto: o que é que o nosso país tem oferecido à UE?

No geral, ficou a imagem de uma juventude preocupada, consciente e interessada com o que se passa à sua volta. Todos os alunos presentes nos debates mostraram uma grande atenção ao seu lugar na construção europeia, conscientes da proximidade destes temas com o seu quotidiano. O sucesso destas iniciativas ultrapassou as expectativas iniciais, motivando o IEEI a intensificar o contacto com as Escolas Secundárias. Com esse objectivo, foi então lançado o concurso com o tema *50 Anos depois: que União queremos?*

As regras do concurso *50 Anos depois: que União queremos?* determinavam que cada escola se organizasse internamente de forma a avaliar vários trabalhos elaborados por grupos de alunos com um máximo de quatro estudantes, escolhendo apenas um dos textos apresentados. Quatro escolas responderam positivamente ao desafio lançado, enviando trabalhos elaborados pelos seus alunos. É desta forma que participam no II Congresso Nacional Portugal e o Futuro da Europa os alunos das Escolas Secundárias de Leiria, Ponta Delgada, Santarém e Viana do Castelo. São ao todo 16 alunos e quatro professores que irão reunir-se no segundo dia do Congresso, 26 de Junho, para apresentar os seus trabalhos numa sessão de trabalho conjunta e concluir então que visão têm da Europa de hoje e que Europa querem para o seu futuro.

Os trabalhos recebidos versam sobre os seguintes temas: *A Educação - Pilar para o Futuro da UE; Os Açores na Europa; A Globalização sustentável no plano social; e Que União queremos?*. Espera-se uma discussão que permita aos estudantes reflectir com maior profundidade sobre os temas que os preocupam, mas também concertar e coligir ideias em equipa. Na sessão de encerramento, um dos alunos deverá apresentar ao público do Congresso as conclusões finais, sendo esta também uma oportunidade para a juventude assumir o papel que cada vez mais cedo lhe cabe na sociedade civil.

## Factos & Números

O II Debate Nacional sobre o futuro da Europa é uma iniciativa de discussão pública sobre a actualidade europeia. Seguindo uma lógica de parceria e de descentralização, teve lugar uma série de manifestações em diversos pontos do país, dirigidas a todos os interessados na temática. Mais do que um exercício de informação e divulgação, tem como objectivo conhecer o estado do debate europeu em Portugal, pela auscultação das posições e expectativas de diversos sectores da sociedade.

**www.ieei.pt** **1<sup>a</sup>** entrada no motor de busca Google, por “Futuro da Europa” A página do IEEI tem sido o *website* português com informações sobre a temática mais visto nos últimos meses. Ocupa o primeiro lugar do *ranking* de sugestões apresentadas no motor de busca Google, quando a expressão de pesquisa é “Futuro da Europa”. Registaram-se mais de 50 mil visitas ao *site* [www.ieei.pt](http://www.ieei.pt) desde Janeiro de 2007.

**1100** Participantes Ao longo dos últimos sete meses, os 25 seminários promovidos pelo Debate Nacional envolveram 1100 participantes dos mais variados segmentos da sociedade civil portuguesa.

**10** Debates Regionais Entre Novembro de 2006 e Fevereiro de 2007 o Debate Nacional percorreu todas as regiões do país, incluindo as regiões autónomas, e realizou debates em 10 capitais de distrito. Faro ▪ Viana do Castelo ▪ Beja ▪ Santarém ▪ Leiria ▪ Viseu ▪ Setúbal ▪ Ponta Delgada ▪ Aveiro ▪ Vila Real ▪

**800** Inquéritos distribuídos. Foi difundido um inquérito em todas as iniciativas promovidas pelo debate, com o objectivo de auscultar as preocupações e percepções dos cidadãos sobre a UE. Os resultados serão difundidos no Congresso Nacional.

**11** Instituições de Ensino e Investigação e **13** Associações envolvidas A organização dos Debates e Seminários contou com as colaborações de Instituições de Ensino Superior, Centros de Investigação e várias Associações Locais.

ACIME/Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial ▪ Associação Industrial Portuguesa ▪ Associação Portuguesa de Direito Europeu ▪ Centro Nacional de Cultura ▪ Euronatura ▪ Instituto de Investigação Científica Tropical ▪ Instituto Português de

Relações Internacionais ▪ Universidade Autónoma de Lisboa/Observatório das Relações Exteriores ▪ Universidade de Coimbra ▪ União Geral de Trabalhadores ▪ Universidade do Minho/EEG ▪ Universidade Nova de Lisboa/SociNova ▪ Universidade do Porto/FEP ▪ Universidade do Algarve ▪ Forum Vianense ▪ Câmara de Comércio e Indústria da Madeira ▪ Escola Superior Agrária de Beja ▪ Casa da Europa do Ribatejo ▪ Associação para o Desenvolvimento de Leiria ▪ Câmara de Comércio e Indústria do Centro ▪ Club Setubalense ▪ Universidade dos Açores ▪ Associação Industrial de Aveiro ▪ Universidade de Aveiro ▪

**5** Seminários Temáticos. Entre Fevereiro e Abril de 2007 organizaram-se Seminários Temáticos nos principais centros académicos do país, em parceria com várias Universidades e Centros de Investigação.

*Segurança, um Valor Fundamental da Europa? ▪ Como Prosseguir a Integração Europeia num Mundo Globalizado? ▪ Quais os Limites da Integração Económica sem Integração Política? ▪ Como Traçar as Fronteiras de uma Europa Aberta ao Mundo? ▪ Os 50 Anos do Tratado de Roma. A Europa dos valores ▪*

**10** Debates nas Escolas Nas mesmas capitais de distrito em que se realizaram Debates Regionais, foram organizados debates nas Escolas Secundárias, envolvendo **50**

Professores e **1200** Alunos do Ensino Secundário.

**7** Backgroundpapers e **17** Relatórios produzidos pelo IEEI em colaboração com as instituições de ensino envolvidas que permitiram identificar e analisar os principais temas e questões em debate.

**6** Boletins Electrónicos **70** artigos no *site* Vários artigos, *papers* e conteúdos para a *internet* foram produzidos e distribuídos pelo público das várias iniciativas.

**105** Conferencistas. Foi convidado a participar nos Debates e Seminários um conjunto alargado de peritos, políticos, técnicos e académicos visando promover a confrontação de perspectivas diversas sobre as temáticas do projecto.

## Portuga e o Futuro da Europa

### ■ Agenda preenchida para a Presidência da UE

Portugal vai ocupar a Presidência da União Europeia no início de Julho. Como prioridades o primeiro ministro José Sócrates elegeu a reforma institucional da UE e a modernização das instituições, a Agenda de Lisboa e a questão da energia e o relançamento do diálogo europeu com o Brasil, África e Médio Oriente.

O dossier mais controverso - o futuro Tratado da União - depende em larga medida do que for estabelecido no Conselho Europeu de 21 e 22 de Junho. No momento em que escrevemos, permanece em aberto a estratégia a seguir quanto ao documento que substituirá o Tratado de Nice.

A este respeito, José Sócrates afirmou recentemente durante uma deslocação à Áustria que “a Europa não pode ficar parada. Seria defraudar as expectativas dos cidadãos europeus, da economia europeia e do mundo. O melhor sinal que a Europa pode dar ao mundo é resolver a crise da reforma dos tratados europeus. A presidência portuguesa tudo fará para que se chegue a um compromisso”.

Na agenda portuguesa para o “seu” semestre à frente do Conselho Europeu estarão também a Estratégia de Lisboa e a questão energética, até porque a Europa pretende manter a liderança tendo por objectivo encontrar soluções que consigam contrariar as alterações climáticas.

O campo das relações externas da UE estará muito activo até Dezembro. Neste âmbito os destaques vão para a primeira cimeira com o Brasil e para o aprofundar do diálogo com outros países emergentes, como a China, a Índia ou a África do Sul. O encontro ao mais alto nível com os responsáveis chineses irá decorrer em Pequim, a 29 de Novembro, onde serão analisados os progressos efectuados até essa altura na negociação do Acordo de Parceria e Cooperação entre a UE e China e da relação de parceria estratégica entre as duas partes, sem esquecer as questões relacionadas com a segurança energética e o ambiente.

Em destaque estarão também as relações com África, espera-se a realização da segunda cimeira UE-África uma semana mais tarde. Este encontro ocorrerá sete anos após a realização da primeira iniciativa deste cariz. Falando acerca desta reunião, José Sócrates realçou a importância de “colocar na agenda internacional o diálogo com os

países moderados do norte de África e do Médio Oriente”.

Além disso, será dada especial atenção às relações com Moscovo, dado o momento delicado que atravessam as relações entre os 27 e a Rússia. Portugal espera dar o seu contributo para ultrapassar este momento difícil e, neste âmbito, o chefe do Governo português considera prioritária a “negociação do acordo de cooperação” com a Rússia e a “estabilização dos Balcãs”.

Portugal assume a presidência rotativa da União, substituindo a Alemanha e precedendo a Eslovénia. Estes três países ocupam a primeira presidência tripartida da UE. É a terceira vez que Portugal lidera a UE, depois de já ter assumido essa responsabilidade nos primeiros semestres de 1992 e de 2000.

### ■ Europa em debate na Gulbenkian

A 25 e 26 de Junho irá realizar-se na Fundação Calouste Gulbenkian o II Congresso Nacional Portugal e o Futuro da Europa. Este evento é o corolário de um projecto que passou por 14 cidades portuguesas, promovendo o debate sobre temas europeus. Dos dois dias de debate destacam-se três sessões “plenárias” e a divisão temática em três grupos de trabalho.

O *Futuro da Europa* vai estar em análise durante a manhã de dia 25, numa sessão moderada pelo Director Executivo do IEEI, António Figueiredo Lopes, e que contará com as presenças do eurodeputado polaco Bronislaw Geremek, do filósofo e ensaísta José Gil, e do secretário de Estado dos Assuntos Europeus Manuel Lobo Antunes.

Na origem das intervenções deste painel estão as mudanças políticas que ocorreram em vários países da Europa, que fizeram com que os contornos do debate europeu se tenham tornado progressivamente mais claros. Depois do impasse suscitado pelas recusas francesa e holandesa do Tratado Constitucional, é a primeira vez que começam a surgir os traços de um novo tratado que irá suceder ao Tratado de Nice e que consiga corresponder às expectativas criadas pelo gorado Tratado Constitucional. A apenas alguns dias do início da Presidência portuguesa da UE é altura de se tentar perceber, por um lado, como se alinham os protagonistas do debate europeu e, por outro, quais serão os cenários com que irá trabalhar Portugal.

*Que Europa para os cidadãos europeus?* será o tema do painel moderado por Gonçalo Santa-Clara Gomes, Vice-Presidente do Conselho Geral do IEEI, na manhã do segundo dia do congresso, 26 de Junho. Os oradores

serão Maria Eduarda Azevedo, membro da Convenção Europeia, Tony Brown, do Forum On Europe, José António Pinto Ribeiro, Presidente do Forum Justiça e Liberdades e Giovanni Grevi, do Instituto de Estudos de Segurança da União Europeia.

O mote para o debate está na crise da democracia participativa que a Europa atravessa e que teve dois grandes momentos de expressão – pela negativa – nos referendos francês e holandês. A este facto há a crescer outros acontecimentos como a crescente afirmação política de movimentos xenófobos em sociedades cada vez mais diversas e o questionar do modelo social europeu. Estas são realidades que acabam por obrigar os líderes dos 27 Estados membros da UE a repensar o sentido e os objectivos do projecto europeu e é isso que vai estar em análise neste momento do Congresso.

O lugar da Europa no mundo que a envolve vai ser o assunto na sessão moderada por Vítor Martins, Consultor para os Assuntos Europeus da Presidência da República, e que terá como título *O projecto europeu no Mundo globalizado*. Aí os participantes serão Gianni Bonvicini, do Istituto Affari Internazionali, e João Gomes Cravinho, Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação. O actual contexto internacional é diferente daquele em que o projecto europeu foi lançado há meio século atrás. Assim, colocam-se duas questões fundamentais. Por um lado, saber se a integração regional ainda é a resposta adequada ao Mundo da globalização e da multipolaridade ou se a União corre o risco de se tornar irrelevante. E, por outro, que papel é que a UE poderá assumir no contexto internacional.

Ao longo dos últimos meses, o IEEI divulgou um apelo ao envio de teses do congresso, à semelhança do que foi feito aquando da primeira edição do Congresso Nacional sobre o Futuro da Europa. O resultado não podia ser mais positivo, foram recebidos mais de 130 textos sobre os mais variados temas. Assim sendo, na tarde do dia 25 de Junho, o debate vai repartir-se em três grupos de trabalho que têm a seguinte estrutura temática:

#### ▪ VALORES, OBJECTIVOS E POLÍTICAS DA UNIÃO

- **Direitos Fundamentais, Justiça e Assuntos Internos**  
Equilíbrio Segurança e Liberdade ▪ Instrumentos de cooperação judicial ▪ Cooperação anti-terrorismo ▪ Protecção dos direitos humanos
- **50 Anos do projecto Europeu**  
Prioridades políticas ▪ Especificidade portuguesa ▪ Constituição Europeia ▪ Cenários políticos para o futuro ▪ Integração a várias velocidades ▪ As instituições
- **Diversidade e Identidade / Hospitalidade e Xenofobia**  
Valores do projecto europeu ▪ Identidade ou identidades? ▪ Papel dos migrantes ▪ Ameaça da xenofobia ▪ Políticas de integração

#### ▪ A DIMENSÃO ECONÓMICA E SOCIAL

- **Modelo Europeu, Governação e a Estratégia de Lisboa**  
Competitividade vs. Protecção social? ▪ A Europa e outros blocos económicos ▪ Respostas da Estratégia de Lisboa ▪ Dimensão política do governo económico ▪ Prioridades do QREN ▪ Desafios ao modelo de aplicação de fundos ▪ Papel dos agentes privados e das unidades de ensino&investigação
- **Ambiente e energia: desafios comuns?**  
Prioridades das respostas europeias ▪ Energias renováveis ▪ Desenvolvimento sustentável ▪ Dependência energética e relações de vizinhança

#### ▪ A EUROPA NO MUNDO

- **Multipolaridade e poder**  
UE e os grandes blocos - Américas, Índia, China, e África ▪ A União nas organizações internacionais (Nações Unidas, OMC, etc)
- **Onde acaba a Europa e onde começa a Vizinhança?**  
Desafios e estratégias do Alargamento ▪ O caso da Turquia ▪ A União e vizinhos sem perspectiva de adesão (Mediterrâneo, CEI)
- **Coerência e Relevância da Acção Externa**  
PESC ▪ PESD ▪ Cooperação para o desenvolvimento

## A Europa em Análise

### ■ Cidadãos querem referendo ao novo tratado

De acordo com uma sondagem elaborada para o Financial Times pela Harris Interactive em cinco países da UE – Alemanha, Espanha, França, Itália e Reino Unido – a maioria dos inquiridos querem que o novo tratado europeu seja submetido a referendo em cada um dos 27 Estados membros. Esta posição vai contra a tendência actual que se verifica entre os líderes dos 27, que apenas pretendem submeter o novo texto a ratificação nos parlamentos nacionais, evitando a realização de referendos.

Assim, 75% dos espanhóis, 71% dos alemães, 69% dos britânicos, 68% dos italianos e 64% dos franceses que participaram neste estudo de opinião afirmaram ver com bons olhos serem chamados a dizer o que pensam acerca do novo tratado europeu. Por outras palavras, os inquiridos consideram que o novo documento é suficientemente importante para que as pessoas sejam chamadas a ir às urnas a dizer o que pensam acerca do mesmo.

Os Estados membros da UE, liderados pela chanceler alemã Angela Merkel estão à procura de um novo tratado que venha substituir o fracassado Tratado Constitucional. Recorde-se que este documento não chegou a entrar em vigor devido às recusas dos cidadãos franceses e holandeses, em referendos realizados na Primavera de 2005.

Agora, os responsáveis da UE pretendem chegar a acordo no que respeita às reformas a introduzir no processo decisório da União sob a forma de um tratado, simplificado, que “apenas” venha alterar os que estão actualmente em vigor, em vez de se adoptar um texto de cariz constitucional. Assim, evitar-se-á a necessidade de realizar referendos nacionais, e o risco de novas recusas populares inviabilizarem negociações detalhadas que decorrem há anos, e que exigem a conciliação de posições muito variadas de país para país. A excepção à provável aprovação parlamentar na maioria dos países europeus vem da Dinamarca e da Irlanda, onde a consulta popular, através da realização de um referendo, é obrigatória.

Contudo, é de realçar que, apesar de se mostrarem favoráveis, as 6.169 pessoas que participaram nesta sondagem reconheceram não estar muito informados acerca do assunto que os levaria às urnas. Neste âmbito, os espanhóis voltam a surgir à frente, sendo aqueles que se dizem mais esclarecidos acerca do assunto (77%), enquanto apenas 54% dos alemães e

45% dos britânicos diziam saber em concreto o que está a ser discutido.

Os inquiridos afirmaram ser contra a criação da figura de um presidente da União que venha substituir as actuais presidências rotativas, apenas 14% dos britânicos expressaram o seu apoio a esta iniciativa. Todavia, o apoio à criação da figura de um Ministro dos Negócios Estrangeiros da UE já reúne mais consenso, 77% do total dos participantes, com as opiniões a repartirem-se entre os 81% dos italianos e os 41% de opiniões favoráveis vindos de Inglaterra.

No que respeita a futuros alargamentos, o destaque vai para a posição francesa, com 67% dos inquiridos a dizerem-se contra a adesão de novos países e com 71% a recusarem liminarmente a entrada da Turquia no espaço comunitário.

### ■ A União Mediterrânica de Sarkozy

Durante a campanha eleitoral, o presidente francês, Nicolas Sarkozy, mostrou-se contra a adesão da Turquia à UE e sugeriu a criação de uma União Mediterrânica. As reacções não se fizeram esperar com a Turquia a refutar a ideia francesa.

É sabido que Sarkozy não vê com bons olhos a adesão da Turquia à UE, à semelhança da chanceler alemã, Angela Merkel, que também se opõe à entrada deste país. Assim, prefere apostar numa associação privilegiada com Ancara ou defende a criação de uma União Mediterrânica, em detrimento do alargamento da União àquele país.

Para o actual inquilino do Eliseu, a maior parte do território da Turquia, não faz parte da Europa, mas sim da Ásia Menor. Assim, acredita que alargar tanto as fronteiras irá diluir o projecto europeu, pelo que prefere falar de uma “parceria privilegiada” com a Turquia, em vez de a integrar na UE.

Citado pelo Financial Times, Nicolas Sarkozy defende a criação de um grupo que reuna 16 países que fazem fronteira com o Mar Mediterrâneo, aproximando os continentes europeus e africano, que, no seu entender, “estão incontestavelmente ligados”. De acordo com o presidente francês, esta organização de cariz essencialmente económico seria dirigida por uma presidência rotativa, à semelhança do que acontece actualmente com a presidência do Conselho Europeu da UE. A União Mediterrânica abordaria temas como, energia, segurança, comércio, combate ao terrorismo ou gestão dos fluxos migratórios. Poderia também vir a ser criado o Banco de Investimento Mediterrânico, à imagem do

Banco Europeu de Investimento. Esta até poderia acabar por ser uma fórmula para sentar à mesma mesa países desavindos, como Israel e os vizinhos árabes, e discutir questões polémicas como a paz no Médio Oriente.

Sarkozy pretende desenvolver a cooperação regional desta zona do globo. Até porque, não só o Norte de África é um importante ponto de passagem de imigração ilegal rumo à Europa, como também é o local a partir do qual surgem ameaças terroristas islâmicas, sem esquecer que possui importantes reservas de gás natural. Apesar de ser uma organização separada da UE, estas poderiam trabalhar em conjunto em instituições criadas para o efeito.

Abertamente contra esta nova União está a Turquia, cujos responsáveis consideram que esta iniciativa é uma forma de evitar a adesão do seu país à UE. “A Turquia é um dos países mediterrânicos, mas cooperação ao nível do Mediterrâneo é uma coisa e outra é cooperação no âmbito da Europa”. Como afirma Egeman Bagis, conselheiro do Primeiro Ministro, até agora, cada país com quem a UE abriu oficialmente negociações tendo em vista a sua posterior adesão, acabaria por efectivamente entrar para o lote dos Estados membros da União. Ora, se a Turquia se tornar na única excepção a esta “regra”, isto poderá gerar descontentamento no mundo muçulmano.

Mas não se pense que o projecto só tem recebido críticas, até porque há países que o apoiam. Espanha e Israel têm-se mostrado receptivos a este *Club Med*. Madrid vê com bons olhos esta iniciativa e encara-a como uma forma de lidar com problemas que o país – e a região – enfrenta, como a imigração, o terrorismo ou as alterações climáticas. Apesar de se apresentarem, à partida, mais cautelosos, os responsáveis israelitas estão interessados em ouvir o que Sarkozy tem a dizer. Até porque esta poderia ser uma forma de estimular o diálogo entre países que, muitas vezes, têm dificuldade em conseguir comunicar.

A ideia de estimular o diálogo com o Mediterrâneo não é novidade no projecto europeu. Em 1995, a UE lançou o Processo de Barcelona, a fim de estimular a cooperação com os países que circundam o Mar Mediterrâneo. Cinco anos mais tarde, viria a surgir a Estratégia Comum da UE para a Região Mediterrânica, a fim de promover a paz, a estabilidade e a prosperidade na região. A grande diferença entre o Processo de Barcelona e o projecto defendido por Sarkozy é que, enquanto o primeiro envolve toda a UE, o segundo envolveria apenas os países que fazem fronteira com o Mediterrâneo e, estão, por conseguinte, interessados em estreitar laços com os vizinhos mediterrânicos.

A ideia de criar uma comunidade ou grupo mediterrânico viria também a surgir em Dezembro de 2003, na Cimeira de Tunis, na Tunísia, quando se reuniram cinco países do norte

de África – Líbia, Tunísia, Argélia, Marrocos e Mauritânia – e cinco países europeus – Itália, França, Espanha, Portugal e Malta. Esta iniciativa procurava ultrapassar as diferenças culturais e de desenvolvimento, a fim de tornar o Mediterrâneo, num “mar de paz”.

Ora o projecto de Sarkozy parte desta iniciativa, estende-a a outros países e exclui a Mauritânia. Assim, entre os países que poderiam vir a integrar este projecto contam-se Portugal, Espanha, França, Itália, Grécia, Chipre, Malta, Turquia, Líbano, Israel, Egipto, Líbia, Tunísia, Argélia e Marrocos.

## Sérvia mais perto da UE

As negociações entre a Sérvia e a União Europeia tendo em vista a futura adesão deste país foram retomadas. O Comissário Europeu para o Alargamento, Oli Rehn, considera que Belgrado demonstrou empenho em colaborar com o Tribunal Penal Internacional para a Antiga Jugoslávia, que, recentemente, deteve o ex-general servo-bósnio Zdravko Tolimir, acusado de ser um dos responsáveis do massacre de Srebrenica, em 1995.

O Comissário Europeu para o Alargamento fez saber em comunicado que a Sérvia tem adoptado acções concretas para cooperar com o Tribunal Penal Internacional para a Antiga Jugoslávia (TPIJ), sediado em Haia, na Holanda. Entre elas, citou a prisão de Tolimir – que foi detido na fronteira entre a Sérvia e a Bósnia-Herzegovina, numa operação conjunta da NATO e da força de manutenção de paz da UE EUFOR. Além disso, lembrou que o novo governo sérvio também criou o Conselho Nacional de Segurança, um “passo essencial para instaurar uma estrutura de comando clara e assegurar coordenação com o Tribunal”.

“A Comissão atesta que a Sérvia tem demonstrado um claro compromisso relativamente à cooperação com o TPIJ, no seu programa do governo, nas reuniões com a UE e nas declarações públicas do presidente Tadic, do primeiro ministro Kostunica e de outros membros do novo governo”, afirma Rehn. Conclui que “com base numa avaliação muito cuidadosa e extensiva, a Comissão poderá retomar as negociações do Acordo de Estabilização e Associação”.

Em Maio de 2006, as negociações do acordo de estabilização e associação com a Sérvia foram suspensas pela UE. Na origem desta decisão esteve a “falta de colaboração” do país na procura e extradição do antigo general servo-bósnio Ratko Mladic e de Radovan Karadzic, principais réus do massacre de Srebrenica, alegadamente refugiados na Sérvia. A assinatura deste acordo é apenas o primeiro passo de um processo que levará a que a Sérvia possa tornar-se oficialmente país candidato à adesão à UE.

A decisão de retomar as conversações surge numa altura sensível, uma vez que está em debate o Estatuto do Kosovo, a antiga província sérvia, que depois da guerra de 1999, tem estado sob tutela da ONU e da UE.

Há apenas três meses, os Ministros dos Negócios Estrangeiros dos 27 tinham-se mostrado disponíveis para reatar o diálogo com a Sérvia, desde que os seus governantes cooperassem com o TPIJ. Com este anúncio ganha forma a possibilidade de integrar, a longo prazo, toda a Península Balcânica na UE, sendo que os processos relativos à Bósnia-Herzegovina, à Croácia e ao Montenegro estão mais adiantados.

## **Patrulhas costeiras no Mediterrâneo e Atlântico**

A Agência para o Controlo das Fronteiras Externas da União Europeia (Frontex) lançou o primeiro sistema de patrulhamento das zonas costeiras. Estes elementos vão operar ao longo das fronteiras sul da UE, nas costas do Mediterrâneo e do Atlântico com o objectivo de combater a imigração ilegal. Esta rede está vocacionada para a zona sul da UE, nas costas banhadas pelo Atlântico e o Mediterrâneo, zonas por tradição mais susceptíveis à entrada de imigração ilegal vinda essencialmente do norte de África.

Esta iniciativa – em que estão envolvidos Portugal, Espanha, França, Itália, Eslovénia, Grécia, Chipre e Malta – pretende controlar a chegada crescente de fluxos migratórios aos países que fazem fronteira com o mar Mediterrâneo, não só para salvar o Espaço Schengen, mas também para evitar que ocorram mais acidentes, que têm tirado a vida a imigrantes que tentam, de forma ilegal, chegar à Europa através do mar. Segundo o comissário europeu para a Justiça, Segurança e Liberdade, Franco Frattini, a Rede Europeia de Patrulhas Costeiras permitirá a cada um dos países participantes “usar os seus meios de forma mais racional e eficaz”.

Este projecto irá ter duas fases de implementação. A primeira, que envolve meios estritamente nacionais, prevê a planificação e coordenação das actividades de patrulha costeira já existentes nos vários Estados membros, através da implementação de pontos nacionais de contacto apoiados pela Frontex. Assim, não só deixará de existir sobreposição de patrulhas de vigilância em zonas limítrofes vizinhas (o que resulta numa poupança de meios), como também passarão a estar facilitadas as trocas de informação. A segunda fase prevê a criação de centros de coordenação nacionais, que serão responsáveis pelas actividades permanentes da rede europeia de patrulhamento, sob a direcção da agência europeia. Esta

rede também será utilizada em operações conjuntas que irão ocorrer junto às fronteiras sul da UE.

Além destas iniciativas, também está prevista a integração desta rede de vigilância no sistema europeu de monitorização. Os Estados membros, receosos de um aumento da imigração ilegal oriunda de África pretendem que as actividades da rede arranquem dentro de pouco tempo.

## **Comissão lança parceria estratégica com o Brasil**

A Comissão Europeia apresentou uma proposta de Parceria Estratégica com o Brasil. O documento deverá ser aprovado pelas duas partes na primeira Cimeira UE-Brasil, que irá decorrer em Lisboa. Esta iniciativa surge numa Comunicação adoptada pela Comissão, intitulada "Para uma Parceria Estratégica UE-Brasil". Aí é destacada a importância crescente do quinto país mais extenso e mais populoso do mundo.

É levando em linha de conta o aumento da relevância do Brasil, que a UE pretende fortalecer os laços de cooperação existentes, propondo o estabelecimento de uma parceria em vários sectores. São identificadas várias áreas prioritárias como, por exemplo, o reforço do multilateralismo, a promoção dos direitos humanos, as questões ambientais e ambientais ou a determinação em concluir um acordo UE-Mercosul, entre outros. O Brasil, que possui a maior floresta tropical, a Amazónia, e o maior rio do mundo, o Amazonas, poderá tornar-se num importante parceiro para a UE no combate contra o aquecimento global.

Esta Comunicação agora aprovada será analisada e discutida com todos os Estados membros da UE e deverá assumir-se como um contributo adicional para a Cimeira – a primeira entre a UE e o Brasil – que irá realizar-se no início de Julho. Apesar de ser uma proposta de cariz político, e não comercial, o documento inclui dispositivos para estimular o comércio entre os dois blocos. A cimeira deverá repetir-se anualmente daqui para a frente, a fim de fortalecer os laços que unem as duas partes.

“O Brasil tem um papel a nível global que deve ser reconhecido”, explicou o presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso, para quem este país tem “capacidade para dar uma contribuição decisiva para o tratamento de muitos desafios globais como as alterações climáticas, a pobreza, o multilateralismo, os direitos humanos e outros”. De referir que, até ao momento, a UE só assinou acordos deste género com seis países, a saber: Estados Unidos, Canadá, China, Rússia, Índia e África do Sul.

### **INSTITUTO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS E INTERNACIONAIS**

Largo de S. Sebastião, 8  
Paço do Lumiar  
1600 – 762 Lisboa  
Tel: 210306700  
Fax: 217593983  
[ieei@ieei.pt](mailto:ieei@ieei.pt)  
[www.ieei.pt](http://www.ieei.pt)

Este projecto é financiado pela Comissão Europeia  
Representação em Portugal

